

RELATÓRIO DE GESTÃO CORRECCIONAL

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO
HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

20
23

INTRODUÇÃO

A Corregedoria do Iphan é uma das unidades setoriais do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal. Este sistema compreende as atividades relacionadas aos seguintes objetivos: prevenir a prática de ilícitos administrativos; combater a corrupção; contribuir para melhoria da gestão da administração pública; atuar de forma cooperativa com os órgãos e entidades; e participar ativamente do sistema de integridade pública.

Criada em agosto de 2022 a partir da aprovação da Estrutura Regimental do Iphan, por meio do Decreto n.º 11.178, de 18 de agosto de 2022, a Corregedoria foi investida na competência precípua de gerir as atividades de correição desse Instituto.

A fim de reforçar o desenvolvimento das atividades correcionais, foram explicitadas no Regimento Interno do Iphan, Portaria nº Iphan nº 63, de 29 de dezembro de 2022, as seguintes atribuições para a Corregedoria: a) desenvolvimento de atividades educativas e preventivas de ilícitos disciplinares; b) condução de processos de responsabilização de pessoas jurídicas, previstos na Lei Anticorrupção de n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013; c) atribuição de aplicação de penalidades vinculadas a infrações de menor potencial ofensivo (advertência e suspensão de até 30 dias), atividades não fixadas expressamente no Anexo I do Decreto nº. 11.178/2022.

Tecidas as devidas considerações, passa-se a apresentação dos dados solicitados no âmbito do artigo 34 referida Portaria Normativa CGU nº 27/2022.

AUTOAVALIAÇÃO DE MODELO DE MATURIDADE CORRECIONAL

O Modelo de Maturidade Correcional (CRG-MM) é uma ferramenta desenvolvida pela Corregedoria-Geral da União (CRG), da Corregedoria-Geral da União (CGU), e tem por objetivo orientar o desenvolvimento e o aperfeiçoamento das atividades correcionais dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal.

Esse modelo proporciona uma significativa autoavaliação da gestão correcional, permitindo o aprimoramento ordenado dessa atividade. Seu objetivo final é contribuir para o fortalecimento da integridade institucional. Segundo a Corregedoria-Geral da União, o CRG-MM possibilita “a avaliação do grau de maturidade correcional de uma organização pública, estruturado em cinco níveis progressivos, diferenciados pelos graus de desempenho esperados”.

Estrutura-se em 5 níveis progressivos, diferenciados pelos graus de desempenho esperados, sendo que cada um dos níveis se divide em 4 elementos que são as áreas avaliadas: (i) serviços e papel da atividade correcional; (ii) gerenciamento de pessoas; (iii) gerenciamento do desempenho e transparência; e (iv) governança e relacionamento organizacional. O grau de maturidade atingido em um nível torna-se a base para a progressão para o próximo nível, numa abordagem incremental que orienta a consolidação da atividade correcional como um dos pilares estratégicos da integridade dos órgãos e entidades, plenamente inserida na estrutura de governança institucional¹.

É importante destacar que o modelo não estabelece o Nível 5 como objetivo obrigatório para todas as Unidades Setoriais de Correição (USCs). O foco deve ser o alcance do nível de maturidade mais adequado ao porte, à natureza e aos desafios específicos de cada organização. Contudo, não é admitido a permanência no Nível 1 (inicial), em que as atividades não são estruturadas e dependem exclusivamente de esforços e habilidades individuais, incorrendo em resultados não sustentáveis. Cada nível é composto pelos macroprocessos-chave (KPA's) e suas respectivas atividades essenciais.

A Corregedoria do IPHAN se encontra no Nível 1 de Maturidade Correcional (Nível Inicial), conforme os critérios estabelecidos pelo CRG-MM 3.0 e recentemente alcançou a classificação de unidade de correição constituída, tendo em vista que com o Decreto n.º 11.178, de 18 de agosto de 2022, a atividade correcional passou a ser atribuída à Corregedoria. Esta unidade passou a ter exclusividade na realização de juízo de admissibilidade e o titular da unidade foi designado com mandato por tempo certo. Os demais itens para avançar no Nível 2 de Maturidade não avançaram de forma significativa, visto que a unidade ficou por tempo significativo sem titular.

¹ Controladoria-Geral da União. Corregedoria-Geral da União. CRG-MM - Modelo de Maturidade Correcional: referencial teórico. v. 3.0, Brasília: CGU, mai. 2024.

FORÇA DE TRABALHO ADMINISTRATIVA

O primeiro titular da unidade setorial de correição entrou em exercício em 07/11/2022, mas foi dispensado em 22/03/2023 por ter assumido a titularidade de outra Corregedoria. Apenas em 23/08/2023, foi designada nova titular para conduzir as atividades disciplinares através da Portaria de Pessoal MINC nº 1.016, de 17 de agosto de 2023.

Quando a nova titular assumiu suas funções, em 21/08/2023, não havia nenhum integrante em exercício na Corregedoria. A então Corregedora Substituta, apesar de possuir o encargo da função, não estava mais em exercício na unidade

Após uma semana de trabalho, mais precisamente em 28/08/2023, foi disponibilizado um terceirizado nível 2 (nível médio) para auxiliar a Corregedora no desempenho das atividades administrativas. Em 08/11/2023, a Corregedoria ganhou um posto de terceirizado de nível 1 (nível superior) e no 22/11/2023, uma servidora recém-empossada iniciou suas atividades na Unidade. Estes dois últimos integrantes estão auxiliando na análise das denúncias e representações, mas não podem compor comissões de processos disciplinares, visto que não possuem vínculo efetivo (no caso do terceirizado) e nem estabilidade (servidora recém empossada).

PROCEDIMENTO INVESTIGATIVO E PROCESSOS CORRECIONAIS INSTAURADOS

Conforme dados disponíveis no Painel Correição em Dados da Controladoria-Geral da União (<https://centralpaineis.cgu.gov.br/visualizar/corregedorias>), foram instaurados 79 (setenta e nove) procedimentos disciplinares pela Corregedoria do Iphan em 2023, classificados da forma a seguir especificada:

Tipos de Procedimentos	Quantidade de procedimentos
Investigativos	74
Acusatórios	5
Total de procedimentos	79

Procedimentos disciplinares - por Tipo em 2023

Parte significativa dos processos instaurados foram encontrados como pendentes no sistema SEI da unidade, e possuíam datas diversas, sem cadastramento no e-pad.

No ano de 2023, foram concluídos 39 processos, consoante tabela abaixo:

Tipos de Procedimentos	Quantidade de procedimentos
Investigativos	37
Acusatórios	2
Total de procedimentos	39

Processos Disciplinares – Concluídos, em 2023

Em 2023, foram firmados dois termos de ajustamento de conduta no âmbito do IPHAN.

Os processos administrativos disciplinares foram concluídos com arquivamento.

ANÁLISE GERENCIAL QUANTO AOS PRINCIPAIS MOTIVOS DE APURAÇÃO

Os procedimentos disciplinares instaurados em 2023 pela Corregedoria do Iphan possuem os seguintes temas (um processo pode ter mais de um tema e por isso, a soma dos temas não coincide com o total de processos instaurados):

Assunto dos Procedimentos	Número de Procedimentos
Erros procedimentais ou descumprimento de normas ou regulamentos	20
Assédio moral	9
Ausência ou impontualidade ao serviço	7
Irregularidades ou fraudes em licitações ou contratos	7
Assédio Moral	7
Ausência de presteza nas atividades ou na prestação de informações	6
Desaparecimento ou perecimento de bens públicos	6
Falta de urbanidade; conduta escandalosa; incontinência pública; manifestação de apreço ou despreço	6

Conflito de interesse entre a fundação pública e atos da vida privada, inclusive os previstos na Lei 12.813/13	4
Comportamento inidôneo	3
Favorecimento próprio ou de terceiros	3
Reconhecimento de dívida	3
Acumulação indevida de cargos	2
Irregularidades definidas em normativos ou regulamentos	2
Irregularidades ou fraudes em convênios ou outros acordos	2
Assédio Sexual	1

Procedimentos disciplinares - por Assunto em 2023

ANÁLISE DOS PROBLEMAS RECORRENTES E DAS SOLUÇÕES ADOTADAS

Como visto na tabela “Procedimentos disciplinares - por Assunto em 2024”, as denúncias e representações recebidas pela Corregedoria do Iphan versam, predominantemente, sobre o descumprimento de normas e assédio moral. Nesse contexto, a Corregedoria organizou trabalhos educativos sobre Assédio Moral, Assédio Sexual e LAI e LGPD com o intuito de reduzir os ilícitos que envolvem tais temáticas.

A Corregedoria também tem identificado que muitos dos processos que chegam à unidade correcional não possuem situações disciplinares a serem apreciadas, mas sim de conflitos interpessoais, pelo que propôs internamente a necessidade de criação de uma instância de mediação e resolução de conflitos no âmbito da Autarquia.

AÇÕES CONSIDERADAS EXITOSAS

Além da realização das atividades inerentes à atuação repressiva de ilícitos funcionais, a Corregedoria do Iphan realizou algumas ações de caráter educativo e preventivo: Realizou lives para disseminação de conteúdo afetos às atividades correcional e administrativa:

1. Assédio sexual (03/10/2023), Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=0_Qu-1rkECw
2. Assédio moral (23/10/2023), Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=d4duLwjLB3Q>
3. Aspectos gerais da LAI e da LGPD e o dever de sigilo atribuído ao servidor público (04/12/2023), Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=jp8DsvCEdHo>

OS RISCOS DE CORRUPÇÃO IDENTIFICADOS

No que se refere às demandas direcionadas à Corregedoria, das 37 denúncias/representações analisadas, não foram identificados elementos que apontassem o envolvimento de servidores em casos de corrupção.

PRINCIPAIS DIFICULDADES ENFRENTADAS E PROPOSTAS DE SUPERAÇÃO

A primeira dificuldade encontrada é decorrente da própria estruturada Autarquia, uma vez que o IPHAN é composto atualmente por 5 Diretorias, sendo 4 referentes a áreas finalísticas.

Para fazer frente a todas as atividades finalísticas do IPHAN, verifica-se que é um órgão extremamente capilarizado, composto por 27 Superintendências Estaduais, além de possuir 6 unidades especiais.

Diante da complexidade e da diversidade das atividades finalísticas desenvolvidas no órgão, bem como pela presença de unidades do IPHAN em todos os Estados, se torna um desafio para esta Corregedoria atuar de forma tempestiva e qualificada em todas as demandas recebidas.

Outro desafio significativo enfrentado pela Corregedoria é a limitação de força de trabalho e a escassez de cargos adequados para dar suporte às diversas demandas da unidade.

Na equipe da Corregedoria não há servidores efetivos e estáveis que possam conduzir processos administrativos disciplinares. Há uma lista de servidores de outras unidades que fizeram o curso básico de processo administrativo disciplinar. No entanto, formar comissões com tais servidores tem demonstrado problemas, como os seguintes: Boa parte dos servidores capacitados não estão mais em exercício no Iphan (por exoneração e requisição); b) pedem para não serem designados em comissões por acúmulo de funções internas; c) quando designados, acumulam funções e não conseguem dar o devido andamento aos processos; d) necessitam de maior investimento em capacitação para exercerem de forma rápida, segura e regular as atividades correcionais.

Considerando que não há a previsão, ainda que em curto prazo, de incremento na força de trabalho da Corregedoria e que há comissões disciplinares pendentes de formação, esta Corregedora adotou as seguintes medidas emergenciais:

- Solicitou aos órgãos do Iphan em que ocorreram supostas irregularidades a indicação de membros para compor as comissões;
- Solicitou o auxílio do Departamento de Planejamento e Administração, através de mensagem eletrônica enviada em 07/12/2023, auxílio para identificar as unidades do Iphan que possam auxiliar nos trabalhos correcionais, indicando servidores para participarem de qualificação;
- Decidiu por ofertar nova capacitação na área disciplinar.

Com o intuito de solucionar esse problema, está sendo realizada uma sensibilização da alta gestão sobre a necessidade de fortalecer a estrutura da Corregedoria, principalmente no que diz respeito à força de trabalho e à adequação de cargos.

Também foram encontradas algumas dificuldades, como as seguintes:

- Falta de cadastramento de todos os processos no e-pad. Em relação a este item, a Corregedoria procedeu à inclusão de todas as denúncias e representações no sistema da CGU;
- Alto índice de prescrição em relação aos processos já apurados. No que tange a este ponto, a Corregedoria passou a estabelecer a prescrição como item de prioridade para análise dos processos;
- Redução dos processos em andamento em especial àqueles com mais de dois anos de admissibilidade/fase investigativa. Este ponto deve ser melhorado com o reforço da equipe.

Em 2023, a equipe da Corregedoria observou que várias demandas enviadas à unidade de correição não possuem questões disciplinares, mas sim casos de conflitos interpessoais, pelo que tem sido pleiteada a criação de um órgão específico para lidar com a matéria de conflitos interpessoais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das informações constantes neste Relatório, identifica-se um esforço realizado pela Corregedoria no intuito de contribuir para a melhoria da gestão pública, bem como em apoiar o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, com vistas a implementar um conjunto estruturado de medidas institucionais voltadas para a prevenção, detecção, punição e remediação de práticas de corrupção, fraudes, irregularidades e desvios éticos e de conduta.